MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária
Departamento de Inspeção de Produto de Origem Animal

RELATÓRIO DE GESTÃO

DIPOA 2015

Sumário

1 Identificação....4

2 Principais Resultados....4

2.1.Regulamentação relativa à inspeção de produtos de origem animal 4

2.1.1 Normas elaboradas sob coordenação do DIPOA em 2015 4

2.1.2 Reuniões técnicas realizadas para a elaboração de normas.... 6

2.2 Documentos publicados com objetivo de harmonizar procedimentos e otimizar os processos de trabalho.... 7

2.3 Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA.... 12

2.3.1 Proposta de reestruturação do SISBI-POA 12

2.3.2 Auditorias realizadas 14

2.3.3 Oficinas do SISBI-POA.... 14

2.3.4 Treinamentos realizados.... 15

3 Resultados das atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas do DIPOA 15

3.1 Registro de estabelecimentos.... 15

3.2 Análises de registro de produtos.... 16

3.3 Análises de projetos de construção, reforma e ampliação de estabelecimentos 17

3.4 Análises de recursos administrativos em segunda instância 17

3.5 Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Civil e AGU 18

3.6 Demais processos e pleitos avaliados pelas áreas técnicas 18

3.7 Processos e documentos pendentes de análise 19

3.8 Demandas do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC.... 19

3.9 Demandas da Ouvidoria....20

3.10 Emissão de Certificados e Guias de Trânsito 21

3.11 Habilitações de estabelecimentos nacionais e estrangeiros 22

3.12 Missões sanitárias oficias estrangeiras 22

3.13 Missões sanitárias oficias brasileiras.... 23

3.14 Fiscalização, Supervisões e Auditorias realizadas.... 24

4 Controles físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal 26

4.1 Programas de Controle de Produtos de Origem Animal 26

4.1.1 Escherichia coli verotoxigênica em carne bovina in natura 27

4.1.2 Salmonella spp. em carcaças suínas 27

4.1.3Listeria monocytogenes em produtos de origem animal prontos para consumo 27

4.1.4 Parâmetros físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal 28

4.1.5 Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA 28

4.2 Operações de combate à fraude 29

4.2.1 Fraude por substituição de espécies de pescado 29

4.2.2 Fraude por mistura de ricota ao queijo minas frescal light 29

4.2.3 Adição de conservantes em manteiga 30

4.2.4 Participação em Operação da Polícia Federal no combate à fraude no leite.....31

4.3 Programa Nacional de Resíduos e Contaminantes - PNCRC 31

4.4 Notificações internacionais 32

5 Capacitações e Treinamentos 33

5.1 Eventos de capacitação e treinamento promovidos pelo DIPOA 33

5.2 Participação do DIPOA em outros eventos 33

5.2.1 Apresentação de palestras 34

5.3 Plano Anual de Educação Continuada (PAEC-2016) 35

5.4 Diagnóstico da situação dos servidores quanto à capacitação e treinamento 36

5.5 Participação em reuniões e fóruns internacionais 39

5.5.1 Reuniões 39

5.5.2 Fóruns internacionais 41

1 Identificação

Este Relatório consolida as informações resultantes das atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA, Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIPOAs), Serviços de Inspeção e Saúde Animal (SISAs) e Serviços de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISAs), no período compreendido entre janeiro e dezembro de 2015.

2 Principais Resultados

No ano de 2015, o DIPOA priorizou a revisão dos procedimentos oficiais com base no aperfeiçoamento técnico e otimização dos recursos aplicados, baseando-se nos riscos inerentes às características das diferentes espécies animais, dos produtos e dos processos. Com o propósito de melhorar a eficácia do Sistema de Inspeção Federal, as seguintes atividades foram realizadas:

2.1 Regulamentação relativa à inspeção de produtos de origem animal

2.1.1 Normas elaboradas sob coordenação do DIPOA em 2015

- **Decreto nº 8.444, de 06 de maio de 2015,** que alterou o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal, aprovado pelo Decreto no 30.691, de 29 de março de 1952 definindo que a inspeção federal nos estabelecimentos de carnes e derivados que abatem as diferentes espécies de açougue e de caça deve ser instalada em caráter permanente e nos demais estabelecimentos previstos no regulamento, a inspeção federal será instalada em caráter periódico.

- **Norma Interna nº 01/DIPOA/SDA, de 17 de junho de 2015**, que aprova os procedimentos para a coleta e análise de *Escherichia coli* verotoxigênica e *Salmonella* spp. em carne de bovino *in natura* utilizada na formulação de produtos cárneos, cominutados, prontos para serem cozidos, fritos ou assados.

- **Instrução Normativa nº 29, de 23 de setembro de 2015**, que estabelece, para as principais espécies de peixes de interesse comercial, a correlação entre os seus nomes comuns e respectivos nomes científicos a ser adotada em produtos inspecionados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e destinados ao comércio nacional.

- **Norma Interna nº 02/DIPOA/SDA, de 06 de novembro de 2015,** que estabelece os procedimentos para o cálculo do Risco Estimado Associado ao Estabelecimento (RE) para determinar a frequência mínima de fiscalização em estabelecimentos registrados ou relacionados no Serviço de Inspeção Federal, sujeitos à inspeção periódica.

  → A fim de esclarecer as principais dúvidas e auxiliar o processo de implementação da norma foi publicado no quadro de avisos do SIGSIF um arquivo de perguntas e respostas (figura 01).

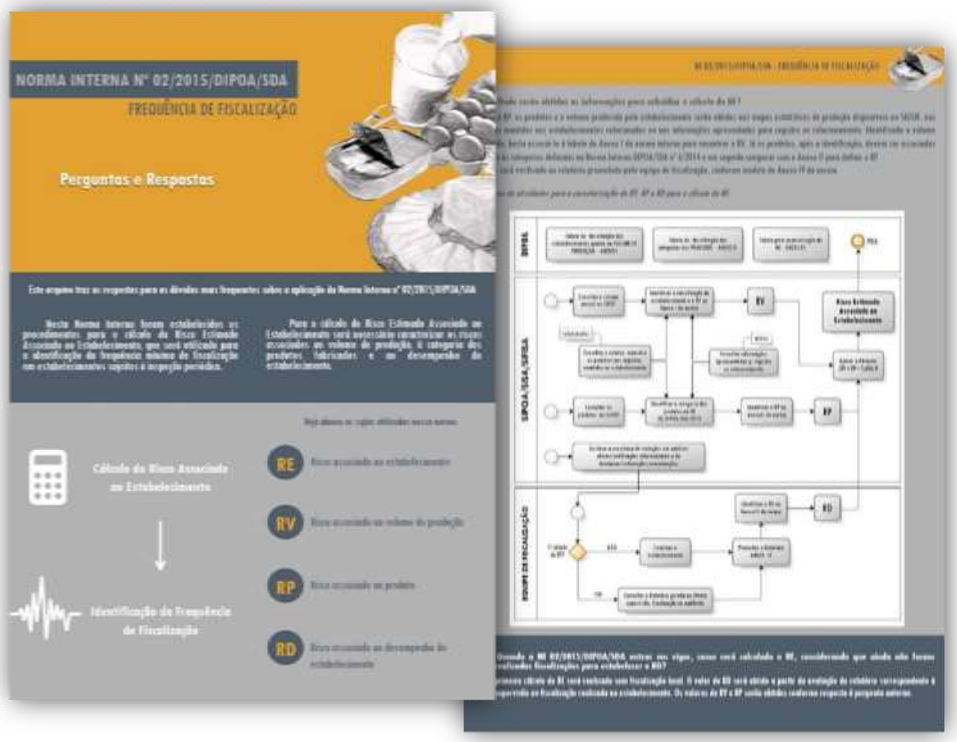

Figura 01. Arquivo de perguntas e respostas sobre a Norma Interna DIPOA/SDA nº 2/2015

2.1.2 Reuniões técnicas realizadas para a elaboração de normas

A equipe da Divisão de Normas Técnicas – DNT/CGPE/DIPOA coordenou 51 (cinquenta e uma) reuniões técnicas internas e externas realizadas para subsidiar a elaboração de normas relativas à inspeção de produtos de origem animal no ano de 2015 (quadro 01).

Quadro 01. Número de reuniões coordenadas pela DNT/CGPE/DIPOA para a elaboração de normas.

Temas	*Nº de reuniões internas*	*Nº de reuniões externas*
Alteração do RIISPOA sobre inspeção periódica e permanente	3	3 (CONJUR)
Alteração do RIISPOA sobre registro de produtos de origem animal	5	3 (CONJUR e CÂMARAS SETORIAIS)
Agroindústria de pequeno porte de leite e derivados	2 (1 semana) 1 (3 dias) 1 (2 dias)	1 (CÂMARA SETORIAL)
Agroindústria de pequeno porte de mel e produtos das abelhas	1 (1 semana) 2 (1 dia)	1 (CÂMARA SETORIAL)
Agroindústria de pequeno porte de ovos e derivados	1 (1 semana) 1 (3 dias) 2 (1 dia) 1 (1 dia)	1 (CÂMARA SETORIAL)
Agroindústria de pequeno porte de aves e derivados	1 (1 semana)	-
Agroindústria de pequeno porte de suínos, bovinos e derivados	1 (1 semana)	-
Demais temas a serem regulamentados	14	2 (CONJUR e CÂMARAS SETORIAIS)
Regimento interno do DIPOA	5	-

Além das reuniões, foram analisados pela DNT/CGPE/DIPOA 158 (cento e cinquenta e oito) processos e documentos relativos à regulamentação na área de inspeção de produtos de origem animal.

2.2 Documentos publicados com objetivo de harmonizar procedimentos e otimizar os processos de trabalho

- Memorando Circular nº 01/GAB/DIPOA/MAPA, de 07/01/2015, que publicou Procedimento Operacional Padrão para orientação em análise e parecer dos projetos de construção, reformas, ampliações e remodelações em Matadouros de Aves e Coelhos, Granjas avícolas, Entrepostos de ovos, Fábrica de Conserva de Ovos e estabelecimentos afins, que estejam sujeitos a fiscalização do Serviço de Inspeção Federal, subordinados à DICAO.

- Nota Técnica nº 001/2015/CGI/DIPOA, de 26/01/2015, que esclareceu sobre a proibição do uso de açúcares de cadeia complexa, como maltodextrina, dextrina e semelhantes, em produtos cárneos, salvo se explicitamente dispuser no Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ).

- Circular nº 60/2015/CGI/DIPOA/CGPE/DIPOA, de 28/01/2015, que estabeleceu os procedimentos a serem adotados quando da emissão de Certificado Sanitário Nacional (CSN) e Guia de Trânsito (GT) que certifiquem produtos destinados a aproveitamento condicional.

- Memorando nº 54/2015/CGPE/DIPOA, de 26/02/2015, que informou sobre a necessidade de planejamento prévio entre CGI, CGPE e CGAL nos casos de coletas de amostras destinadas a análises para fins de fiscalização com foco específico.

- Ofício nº 43/2015/GAB/DIPOA, de 10/03/2015, que publicou orientações quanto ao registro de produtos à base de queijo processado.

- Circular nº 02/2015/GAB/DIPOA, de 11/03/2015, que informou sobre procedimento de coleta e envio de amostras oficiais para identificação de espécies por sequenciamento genético de pescados.

- Circular nº 003/2015/DICAO/CGI/DIPOA, de 18/03/15, que tornou sem efeito o item 4 e os anexos IV A e B da Circular nº 12/2007/DICAO/CGI/DIPOA (análises microbiológicas e físico-químicas), bem como qualquer referência que trata de coleta de amostra pelo serviço oficial, tendo em vista o disposto na Norma Interna nº 04/2013.

- Memo. Circular nº 001/2015/DICAO/CGI/DIPOA, de 27/04/15, que informa sobre a decisão em se manter as coletas de produtos para realização de análises de verificação oficial e do Programa de Combate à Fraude dispostos no Ofício Circular nº38/2010/DIPOA/SDA devendo as amostras ser encaminhadas para laboratório credenciado.

- Circular nº 03/2015/DICAR/CGI/DIPOA, de 05/05/2015, que publicou Procedimento Operacional Padrão para orientação em análise de projetos de estabelecimentos de abate para registro no SIF.

- Memorando DIPOA/SDA/MAPA nº 162/2015, de 22/05/2015, que tornou sem efeito a Nota técnica nº 04/CGI/DIPOA que trata do uso de aditivos e coadjuvantes de tecnologia em produtos cárneos.

- Informação DIPOA/SDA/MAPA nº 02/2015, de 25/05/15, que divulgou o Memo. nº 402/2015 – DAS, de 05/05/15, do Departamento de Saúde Animal, que esclarece não haver impedimento para o transito de matérias primas para a produção de gelatina amparada pelo Certificado de Inspeção Sanitária – modelo (CIS-E).

- Ofício-Circular nº 001/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 03/06/15, que aboliu o procedimento administrativo denominado "Reserva de SIF, sendo substituído pela emissão direta do registro, conforme preconiza o artigo nº 68 do Decreto nº 30.691 de 29/03/52.

- Ofício-Circular nº 002/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 03/06/15, que autorizou a estocagem de produtos de origem animal de todas as áreas em estabelecimento classificados como entreposto-frigorífico, desde que respeitada a capacidade aprovada.

- Ofício-Circular nº 006/2015/DIPOA/SDA, de 08/06/2015, que esclareceu sobre as diretrizes para validação dos limites dos PCCs dos Programas de Análises de Perigos e Pontos Críticos de Controle e PCs dos programas de pré-requisitos implantados em estabelecimentos habilitados à exportação de termoprocessados para os Estados Unidos, dispostos na Circular nº 196/2010/CHC/CGPE/DIPOA e Ofício Circular nº 21/2010/DIPOA.

- Circular nº 015/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 02/07/15, que esclareceu que o uso de lacres oficiais com controle de utilização e estoque é aplicável apenas pela equipe do SIF durante a execução de atos inerentes a fiscalização de produtos de origem animal.

- Ofício-Circular nº 004/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 02/07/15, que esclareceu sobre a dispensa da necessidade de solicitação de autorização de rotulagem já aprovada, que estiver dentro do prazo de validade, de produtos de origem animal importados, cujos estabelecimentos fabricantes sofreram atualizações cadastrais comunicadas oficialmente pelas autoridades sanitárias internacionais ao DIPOA.

- Circular nº 018/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 07/07/15, que estabeleceu orientações de procedimentos a serem adotados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) frente a lesões vesiculares em suínos, considerando o disposto nas informações do Departamento de Saúde Animal constantes no Memo. Circular nº 12/2015-DAS, de 13/02/2015.

- Ofício-Circular nº 005 e 006/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 27/07/15, que estabeleceram critérios para avaliação a aprovação de novas solicitações de registro de mortadelas conservada em temperatura ambiente, bem como da necessidade de adequação dos registros do referido produto aprovados antes da publicação dos Ofícios.

- Ofício-Circular nº 007/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 31/08/15, que publicou procedimentos para adequação de rotulagem de Requeijão com Gordura Vegetal.

- Ofício-Circular nº 008/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 15/09/15, que estabeleceu procedimentos a serem adotados pelos SIFs atuantes nos estabelecimentos de lácteos e derivados quanto a necessidade de certificação sanitária da matéria prima e da habilitação à exportação de estabelecimento fornecedor.

- Circular nº 053/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 17/09/15, que complementa o disposto na Circular nº 029/2015/CGI/DIPOA/DAS, de 26/08/2015, quanto a procedimentos de exclusão de habilitação para exportação estabelecimentos.

- Circular nº 062/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 02/10/15, que esclareceu o entendimento de que há a necessidade de registro junto ao DIPOA de estabelecimentos produtores de pururuca ou torresmo, bem como dos produtos citados.

- Ofício-Circular nº 010/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 15/10/15, que anulou o Ofício Circular nº 016/GAB/DIPOA/SDA/2011, que aprovou o selo de qualidade do Programa Nelore Natural.

- Ofício-Circular nº 011/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 16/10/15, que publicou orientações para embasar análises de solicitações de registro de rótulos de carne bovina que contenham a indicação das raças animais que originaram o produto, bem como cancelou a Circular nº 01/2015, de 25/02/2015.

- Ofício-Circular nº 012/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 16/10/15, que publicou orientações sobre coletas de amostras oficiais para análises laboratoriais mediante suspeitas de deterioração, fraudes ou adulterações após avaliações sensoriais de pescados.

- Circular nº 081/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 28/10/15, que estabeleceu o prazo de um ano para que os estabelecimentos sob SIF que exportam para países que exijam o reconhecimento dos ensaios voltados aos programas de autocontrole, promovam o reconhecimento de seus laboratórios de autocontrole.

- Circular nº 093/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 13/11/15, que comunicou sobre entendimento de que há impedimento legal para autorizar a utilização de rótulos impressos de um SIF em outro SIF.

- Circular nº 102/2015/CGI/DIPOA/SDA, de 27/11/15, que aditou a Circular nº 075/2015/CGI/DIPOA e comunicou ser inaceitável o uso do termo “fracionado” e “porcionado” em produtos de origem animal não formulados.

- Reformulação do Plano Operativo Anual (POA) a ser utilizado em 2016 (figura 02), com a inclusão de informações e revisão dos itens anteriormente solicitados a fim de agilizar o preenchimento pelos SIPOA/SISA/SIFISAs e a compilação das informações pelo DIPOA.

  → Publicação de Manual de Preenchimento (figura 03) e realização de cinco videoconferências para a apresentação do POA-2016 e esclarecimento de dúvidas,

tendo como objetivo padronizar a forma de preenchimento, permitindo o melhor uso da ferramenta. Participaram 40 (quarenta) servidores de 17 (dezessete) estados e 3 (três) servidores do DIPOA.

Figura 02. Planilhas do POA-2016.

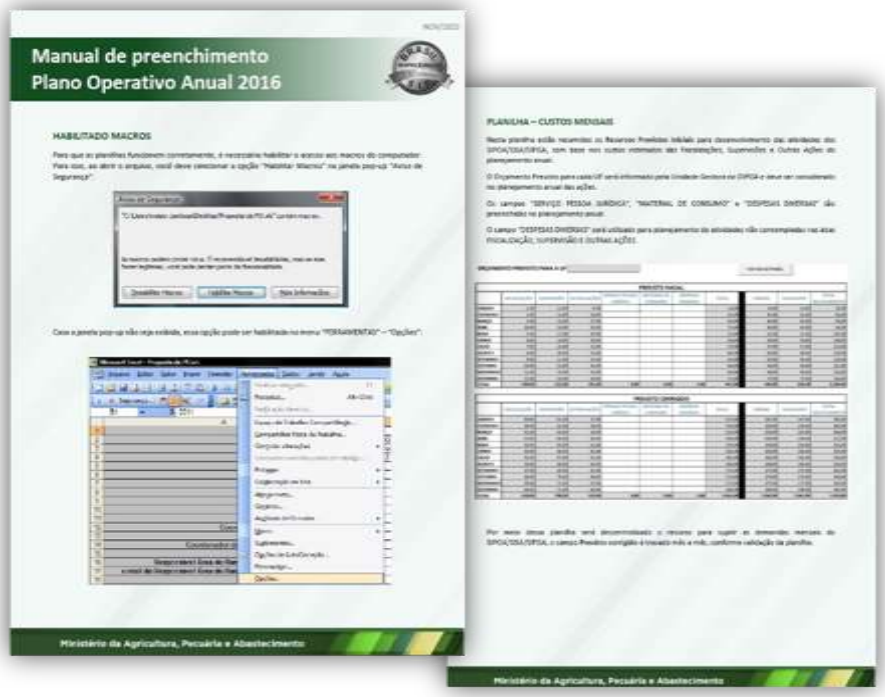

Figura 03. Manual de Preenchimento do POA-2016.

Além das publicações citadas foi concluída proposta de reordenamento organizacional do DIPOA orientada por processos objetivando a racionalização da utilização de recursos humanos e padronização na resolução das demandas.

2.3 Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA

2.3.1 Proposta de reestruturação do SISBI-POA

A Coordenação Geral de Programas Especiais – CGPE/DIPOA coordenou as atividades do Grupo de Trabalho (GT) constituído pela Portaria SDA nº 58/2015, de 7 de julho de 2015, alterada pela Portaria SDA nº 74, de 11 de setembro de 2015 com o objetivo de elaborar diretrizes e propostas de reestruturação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBIPOA, que tinha como objetivo elaborar diretrizes e propostas de reestruturação do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA.

Integraram o GT servidores do MAPA que atuam junto ao Serviço de Inspeção Federal representando as cinco regiões do país, representantes do Fórum Nacional dos Executores de Defesa Agropecuária nos Estados, do Departamento de Saúde Animal, da Coordenação de Vigilância Agropecuária, do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários e da Associação Nacional dos Técnicos de Fiscalização Federal Agropecuária.

Foram realizadas cinco reuniões presenciais com os integrantes do GT, totalizando 107 (cento e sete) horas de trabalho, conforme detalhado no quadro 02.

Quadro 02. Reuniões realizadas para o desenvolvimento dos trabalhos do GT.

Assuntos tratados	*Período*	*Número de participantes*	*Carga horária*
Análise e aprovação do Plano de Trabalho	22/07/15	12	3h
1ª Oficina de Trabalho – Ciclo de Palestras de nivelamento	11 a 14/08/15	51	28h
2ª Oficina de Trabalho	25 a 28/08/15	16	28h
3ª Oficina de Trabalho	15 a 18/09/15	16	28h
Conclusão da Versão Preliminar da Minuta e apresentação à SDA	26 a 28/10/15	15	20h

O ciclo de palestras da 1ª Oficina de Trabalho foi aberto ao público e contou com a participação de entidades civis de defesa do consumidor, comunidade científica, representantes de organismos internacionais de referência no assunto como o *Codex Alimentarius* e a Direção Geral de Saúde e

Segurança de Alimentos da Comissão da União Europeia, além de outras entidades públicas como Ministério da Justiça e Ministério Público do Trabalho.

Após as reuniões, uma versão preliminar da proposta de reestruturação do Sistema de Inspeção de Produtos de Origem Animal foi disponibilizada no site do MAPA e no SIGSIF, para ampla divulgação e recebimento de sugestões e colaborações.

A versão final da proposta de reestruturação do SISBI-POA, após avaliação das contribuições recebidas, foi divulgada no SIGSIF em 27/11/2015, sendo dividida em quatro macrotemas: hierarquização, sustentabilidade, modernização, capacitação/educação sanitária (quadro 03).

Quadro 03. Principais proposições por macrotema.

	Proposições
Hierarquização	- DIPOA como Gestor Nacional do SISBI-POA, com estrutura constituída por três pilares (estratégico, executor e de auditorias).
Sustentabilidade	- SISBI tratado e priorizado como política de Estado com o objetivo de resguardar a saúde pública e os interesses do consumidor; - Postura proativa do MAPA atuando como fomentador do Sistema em busca de incentivos e atrativos para a efetiva estruturação e sustentabilidade dos serviços de inspeção estadual e municipal visando a adesão ao SISBI.
Modernização	- Elaboração de legislação única pelo Gestor Nacional do SISBI, com critérios técnicos válidos para todos os estabelecimentos de forma estratificada; - Realização de estudos relativos à revisão dos procedimentos de inspeção e de verificação oficial dos programas de autocontrole; - Definição de critérios para execução da inspeção em caráter periódico; - Estímulo ao aumento dos grupos de avaliadores de riscos para viabilizar a aplicação da análise de risco pelo Sistema; - Realização de estudos de viabilidade para a organização da inspeção na forma de circuitos em determinadas regiões; - Previsão de desenvolvimento de um processo de avaliação e validação de novas tecnologias utilizadas no processamento de produtos de origem animal.
Capacitação e Educação sanitária	- Capacitação técnica e administrativa contínua dos servidores que atuam nos Serviços de Inspeção junto ao SISBI; - Capacitação didática dos servidores que atuam nos Serviços de Inspeção para a disseminação de informações em meios de comunicação, como rádio e TV, para a sensibilização de crianças, jovens e adultos; - Pessoal preparado para capacitação e educação sanitária que sejam capazes de colaborar com outras instituições públicas e com a ENAGRO; - Parcerias com os conselhos de classe e Sistema S para orientação e capacitação dos responsáveis técnicos pelos estabelecimentos.

2.3.2 Auditorias realizadas

Em relação às atividades do SISBI-POA, foram realizadas onze auditorias, sendo uma para fins de adesão, sete de acompanhamento (conformidade) e três para reconhecimento de equivalência de serviços de inspeção municipais (quadro 04).

Quadro 04. Auditorias relacionadas às atividades do SISBI-POA.

UF	*Descrição*
SC	Auditoria para fins de adesão da área de pescado em Santa Catarina que não teve o pleito deferido.
SC	Auditoria de acompanhamento (conformidade) que suspendeu a prerrogativa do Consórcio CONSAD em indicar novos estabelecimentos.
BA	Auditoria de acompanhamento (conformidade) sem medida restritiva sobre a ADAB.
RS	Auditoria de acompanhamento (conformidade) que suspendeu a prerrogativa do DIPOA em indicar novos estabelecimentos.
SP	Auditoria de reconhecimento de equivalência SIM de Itu/SP
SP	Auditoria de reconhecimento de equivalência SIM de Ibiúna/SP
SP	Auditoria de reconhecimento de equivalência SIM de Rio Claro/SP
SC	Auditoria de acompanhamento (conformidade) que suspendeu a prerrogativa do CIDASC em indicar novos estabelecimentos.
MG	Auditoria de acompanhamento (conformidade) que suspendeu a prerrogativa do IMA em indicar novos estabelecimentos.
GO	Auditoria de acompanhamento (conformidade) sem medida restritiva sobre a AGRODEFESA.
DF	Auditoria de acompanhamento (conformidade) que suspendeu a prerrogativa do DIPOVA em indicar novos estabelecimentos.

2.3.3 Oficinas do SISBI-POA

As oficinas do SISBI-POA têm como objetivo capacitar os técnicos dos serviços de inspeção municipais e estaduais que pretendam aderir ou que estejam em processo de adesão ao Sistema. No ano de 2015, foram realizadas cinco oficinas: duas no Rio Grande do Sul, uma no Rio de Janeiro, uma na Bahia e uma em Minas Gerais. As referidas oficinas foram suspensas pelo Departamento tendo em vista a atualização necessária da Instrução Normativa nº 36 de 20/07/2011, imposta pela publicação do Decreto nº 8.445 de 06/05/2015.

2.3.4 Treinamentos realizados

A equipe responsável pelo SISBI-POA no DIPOA organizou dois eventos de treinamento para um total de 60 (sessenta) participantes: treinamento de 30 (trinta) auditores do SISBI-POA para fins de harmonização de critérios e procedimentos das Auditorias do SISBI; e treinamento de 30 (trinta) fiscais estaduais e municipais em avaliação de registro de produtos de origem animal. O V Encontro do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, também organizado pela equipe do DIPOA, reuniu aproximadamente 200 (duzentos) pessoas e foi realizado no mês de abril, durante o XIII Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos em Búzios-RJ.

Além dos eventos citados, a mesma equipe participou de Reunião do Comitê Técnico Consultivo, quando foram discutidas minuta de instrução normativa e projeto piloto de adesão ao SISBI-POA.

3 Resultados das atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas do DIPOA, SIPOAs, SISAs, SIFISAs

3.1 Análise de registro de estabelecimentos

Durante o ano de 2015, foram realizados 1.910 (mil novecentos e dez) registros de estabelecimentos junto ao SIF, 23 (vinte e três) reservas de SIF, que foram concedidas até o mês de junho quando este procedimento administrativo foi abolido, e 229 (duzentos e vinte e nove) alterações de cadastro. No mesmo período, 120 (cento e vinte) registros de estabelecimentos foram cancelados (tabela 01), sendo um desses registros cassado em decorrência de infrações recorrentes.

Tabela 01. Registros e cancelamentos de registros (SIF) de estabelecimentos

2015	*Registros*	*Reservas*	*Alterações*	*Cancelamentos*
TOTAL	1.910	23	229	*120*

3.2 Análise de registro de produtos

No ano de 2015 foram analisados 33.477 (trinta e três mil quatrocentos e setenta e sete) rótulos de estabelecimentos nacionais pelas Divisões Técnicas da Coordenação-Geral de Inspeção – CGI/DIPOA e pelos Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOAs, Serviços de Inspeção e Saúde Animal – SISAs e Serviços de Inspeção, Fiscalização e Saúde Animal – SIFISAs, com percentual de aprovação de 69,96% (tabela 02). Foram ainda cancelados 5.450 (cinco mil quatrocentos e cinquenta) rótulos a pedido das empresas, sendo 269 (duzentos e sessenta e nove) pelo DIPOA e 5.181 (cinco mil cento e oitenta e um) pelos SIPOA/SISA/SIFISAs.

Tabela 02. Número de rótulos nacionais analisados pela CGI/DIPOA e SIPOA/SISA/SIFISAs.

Responsável pela Análise	*Aprovados*	*Aprovados com Restrição*	*Reprovados*	*Total Analisado*	*Índice de Aprovação*
DIPOA	1.282	489	2.049	4.089	46,36%
SIPOA/SISA/SIFISA	17.835	3.815	8.007	29.675	73,00%
TOTAL	**19.117**	**4.304**	**10.056**	**33.477**	**69,96%**

No mesmo período, um total de 3.684 (três mil seiscentos e oitenta e quatro) rótulos de estabelecimentos estrangeiros foram analisados pela equipe técnica da CGI/DIPOA (figura 04).

Figura 04. Número de rótulos internacionais analisados pela CGI/DIPOA.

3.3 Análise de projetos de construção, reforma e ampliação de estabelecimentos

No período avaliado, foram analisados 535 (quinhentos e trinta e cinco) projetos de novas plantas, reformas e ampliações de estabelecimentos pela equipe técnica da CGI/DIPOA, conforme apresentado na figura 05.

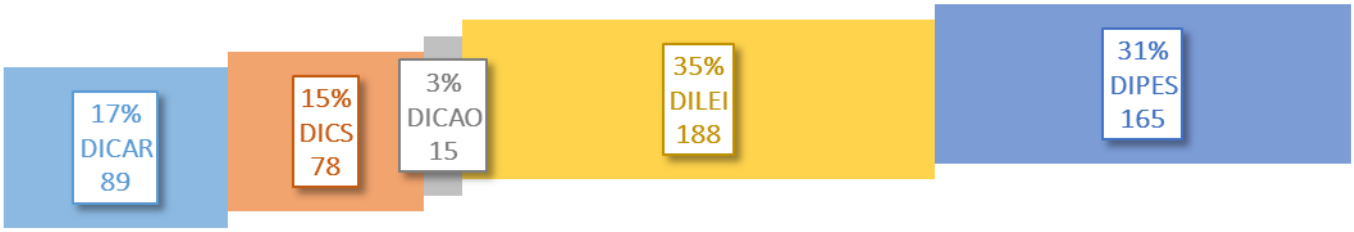

Figura 05. Número de processos de registro de estabelecimentos, reformas e ampliações analisados pela CGI/DIPOA.

3.4 Análises de recursos administrativos em segunda instância

No ano de 2015, foram avaliados pela equipe técnica da CGI/DIPOA um total de 850 (oitocentos e cinquenta) recursos administrativos em segunda instância (figura 06).

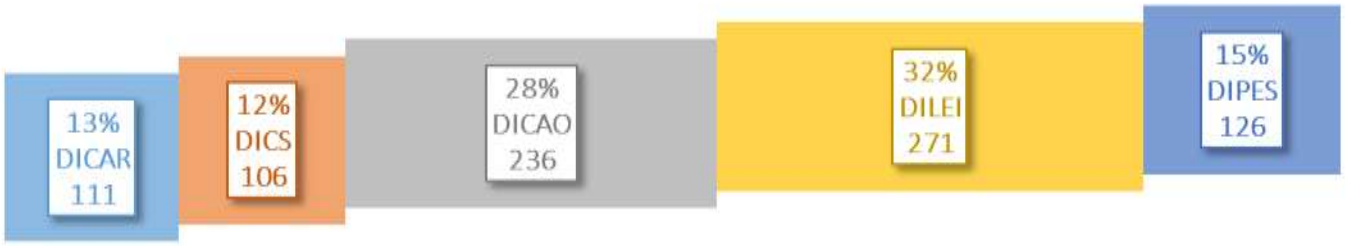

Figura 06. Número de recursos em 2ª instância analisados pela CGI/DIPOA.

3.5 Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Civil e AGU

Em 2015, as divisões da CGI/DIPOA analisaram 42 (quarenta e dois) processos e documentos referentes a solicitações encaminhadas pelo Ministério Público, Polícia Federal, Polícia Civil e para fornecer subsídios à Advocacia-Geral da União (figura 07).

Figura 07. Número de solicitações do MP, PF, Polícia Civil e AGU atendidas pela CGI/DIPOA.

3.6 Demais processos e pleitos avaliados pelas áreas técnicas

Além dos processos referentes a temas específicos como rotulagem, análise de projetos e relatórios de segunda instância, a equipe técnica da CGI/DIPOA ainda avaliou 5.333 (cinco mil trezentos e trinta e três) processos e pleitos sobre assuntos diversos não contemplados na classificação de temas citados nos itens acima (figura 08).

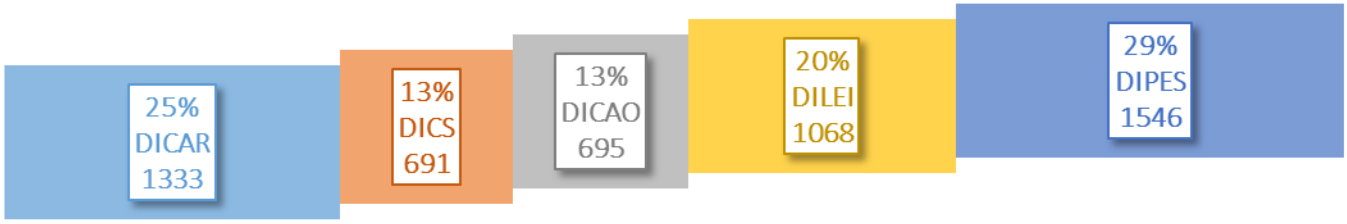

Figura 08. Número de demais processos e pleitos avaliados pela CGI/DIPOA.

3.7 Processos e documentos pendentes de análise

Ao final de 2015, 1.151 (um mil cento e cinquenta e um) processos e documentos ficaram pendentes de análise nas divisões da CGI/DIPOA (figura 09).

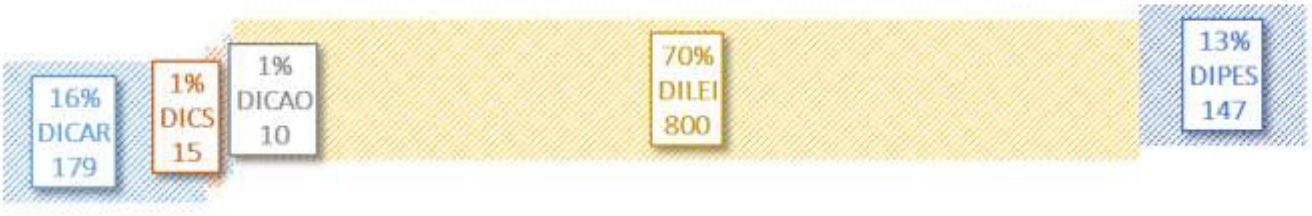

Figura 09. Número de processos e pleitos pendentes de análise na CGI/DIPOA.

3.8 Demandas do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

Em 2015 o DIPOA recebeu 675 (seiscentos e setenta e cinco) demandas provenientes do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, sendo 672 (seiscentos e setenta e duas) respondidas e destas, 95,83% dentro do prazo. A DILEI/CGI/DIPOA recebeu o maior número de demandas, representando 22,52% do total recebido pelo departamento (tabela 3).

Tabela 03. Demandas do SIC recebidas pelo DIPOA.

Área	*Recebidas*	*Respondidas*	*Respondidas no Prazo*	*Respondidas Fora do Prazo*	*Média de Respondidas*	*Pendentes*	*Média de Pendentes*
DCA	33	33	28	5	9 dias	0	0
Gabinete DIPOA	124	124	119	5	6 dias	2	5 dias
DICAO	56	56	55	1	3 dias	0	0
DICAR	74	74	74	0	3 dias	0	0
DILEI	152	149	135	14	7 dias	11	7 dias
DIPES	86	86	86	0	3 dias	0	0
DICS	27	27	26	1	2 dias	0	0
Gabinete CGI	81	81	81	0	1 dia	0	0
CHC	28	28	28	0	2 dias	0	0
Gabinete CGPE	14	14	12	2	7 dias	0	0
TOTAL	**675**	**672**	**644**	**28**	**4,3 dias**	**13**	**6 dias**

3.9. Demandas da Ouvidoria recebidas pelo DIPOA, SIPOAs, SISAs e SIFISAs

Em 2015 o Serviço de Inspeção Federal recebeu 636 (seiscentos e trinta e seis) demandas provenientes da Ouvidoria/MAPA, sendo que 552 (quinhentos e cinquenta e duas) tiveram os procedimentos de apuração finalizados enquanto que 83 (oitenta e três) demandas se encontravam em status de atendimento ao final do ano citado. No período avaliado por este relatório o DIPOA recebeu 152 (cento e cinquenta e duas) demandas enquanto que os SIPOAs, SISAS e SIFISAs receberam 484 (quatrocentos e oitenta e quatro).

Tabela 04. Demandas de Ouvidoria recebidas pelos SIPOAs, SISAs e SIFISAs em 2015.

Estado	*Recebidas*	*Em Atendimento*	*Finalizadas*
AL	11	01	10
AM	02	00	02
BA	05	00	05
CE	03	00	03
DF	04	02	02
ES	08	00	08
GO	37	02	35
MA	01	00	01
MG	96	11	85
MT	16	00	16
MS	05	00	05
PA	02	00	02
PB	05	02	03
PE	17	00	17
PI	01	00	01
PR	53	03	50
RJ	33	01	32
RN	04	00	04
RO	04	00	04
RS	33	01	32
SC	33	04	29
SE	12	01	11
SP	98	16	82
TO	01	00	01
TOTAL	484	44	440

Algumas áreas do DIPOA descentralizaram as demandas de Ouvidoria para serem tratadas diretamente pela unidade federativa de origem do questionamento. A maioria dos questionamentos feitos juntos à Ouvidoria trataram de assuntos pertinentes à área de leite e derivados, totalizando 342 (trezentos e quarenta e duas) demandas, ou seja, 54,63% do total.

Tabela 05. Demandas de ouvidoria recebidas pelo DIPOA em 2015.

Área	*Recebidas*	*Em Atendimento*	*Finalizadas*
Gabinete DIPOA	09	04	05
SISBI	02	00	02
DICAO	03	01	02
DICAR	02	00	02
DILEI	09	00	09
DIPES	121	35	86
DICS	06	00	06
TOTAL	**152**	**40**	**112**

3.10 Emissão de Certificados e Guias de Trânsito

De janeiro a dezembro de 2015, os Serviços de Inspeção Federal emitiram 484.853 (quatrocentos e oitenta e quatro mil oitocentos e cinquenta e três) Certificados Sanitários Nacionais – CSN e Guias de Trânsito – GT, para o acompanhamento de cargas de produtos de origem animal em território nacional. No mesmo período, foram emitidos 311.881 (trezentos e onze mil oitocentos e oitenta e um) Certificados Sanitários Internacionais – CSI, que acompanham os carregamentos de produtos de origem animal durante o trânsito internacional.

→ No período avaliado, a Coordenação de Habilitação e Certificação – CHC/CGPE/DIPOA publicou 76 (setenta e seis) modelos de CSI para o trânsito internacional de produtos de origem animal. Além disso, 54 (cinquenta e quatro) propostas de modelos de CSI foram realizadas e aguardam manifestação das autoridades dos países correspondentes.

3.11 Habilitações de estabelecimentos nacionais e estrangeiros

Em 2015 foram concedidas 465 (quatrocentos e sessenta e cinco) habilitações a estabelecimentos nacionais fabricantes de produtos de origem animal, os quais se tornaram aptos a exportar seus produtos. Para estabelecimentos estrangeiros, foram concedidas 535 (quinhentos e trinta e cinco) habilitações para a comercialização de produtos de origem animal ao Brasil.

3.12 Missões sanitárias oficias estrangeiras

Foram recebidas 18 (dezoito) missões internacionais de autoridades sanitárias estrangeiras para a avaliação do sistema de defesa agropecuária brasileiro no ano de 2015, sendo visitados 315 (trezentos e quinze) estabelecimentos, conforme detalhado na tabela 06 e figura 10.

Tabela 06. Missões internacionais recebidas no ano de 2015.

País	*Data*	*Área*	*Estabelecimentos visitados*
União Europeia	Mar/15	Carne bovina	7
Chile	Mar/15	Bovinos, suínos, aves, lácteos	18
União Aduaneira	Mar/15	Bovinos e suínos	16
Estados Unidos da América	Abr/15	Bovinos	2
Arábia Saudita	Abr/15	Bovinos	1
Myanmar	Abr-Maio/2015	Bovinos e aves	2
Arábia Saudita	Juno/2015	Bovinos e aves	12
China	Jun-Jul/2015	Bovinos, suínos e aves	13
Venezuela	Jun-Jul/2015	Bovinos, suínos e aves	160
México	Ago-Set/2015	Aves	18
União Europeia	Set/2015	Equinos	2
Estados Unidos da América	Out/2015	Pescado	3
Japão	Out/2015	Bovinos	2
Egito	Out-Nov/2015	Bovinos	25
Estados Unidos da América	Nov/2015	Bovinos, suínos e termoprocessados	11
Chile	Nov/2015	Subprodutos	18
Estados Unidos da América	Nov/2015	Lácteos	2
Japão	Dez/2015	Bovinos	3
TOTAL			***315***

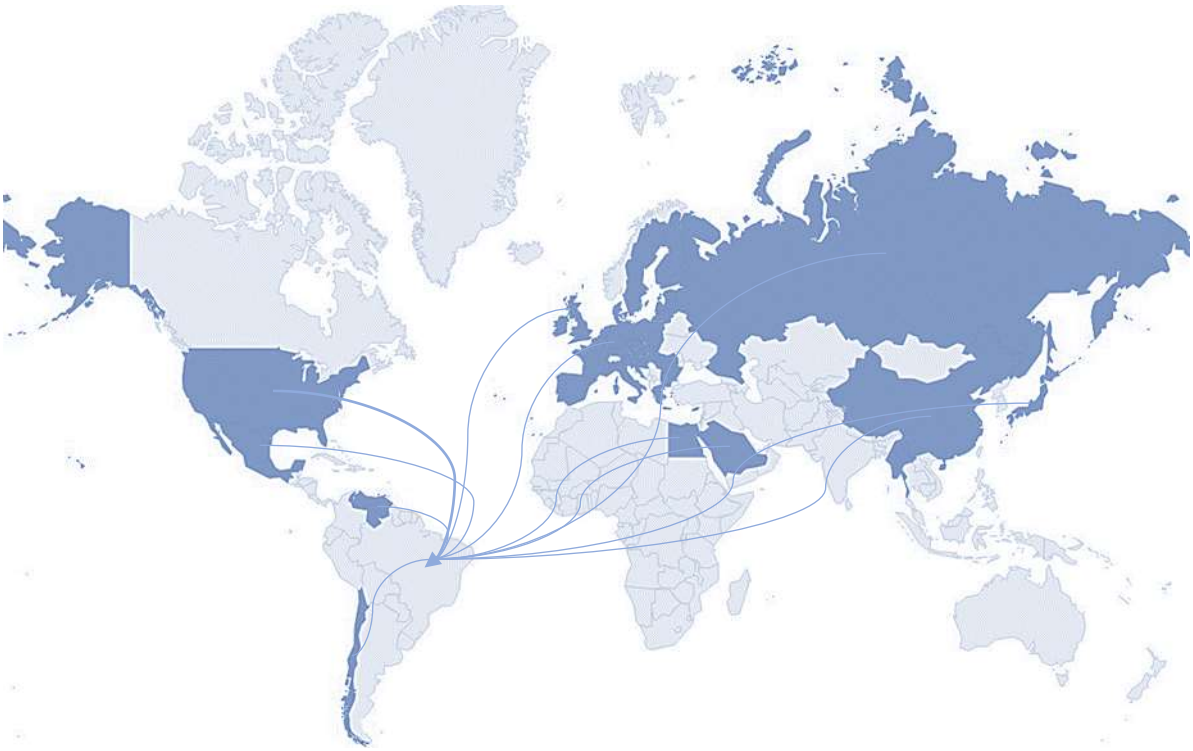

Figura 10. Países que realizaram missões sanitárias no Brasil.

3.13 Missões sanitárias oficias brasileiras

Em 2015 foram realizadas seis missões sanitárias oficiais brasileiras para avaliar o sistema de defesa agropecuária de outros países (quadro 05 e figura 11).

Quadro 05. Missões brasileiras realizadas.

País	*Data*	*Descrição*
Portugal	Mar/2015	Avaliação da manutenção da equivalência de sistemas sanitários nas áreas de carne suína, pescado e produtos lácteos, além da verificação de equivalência relacionada a outras áreas de competência da SDA.
Reino Unido	Maio/2015	Avaliação do sistema de controle oficial de defesa agropecuária, visando verificar a equivalência com os controles oficiais brasileiros na área de produtos lácteos.
Rússia	Set/2015	Avaliação do sistema de controle oficial de inspeção de pescado, visando a equivalência com os controles oficiais brasileiros nesta área.
Dinamarca	Nov/2015	Avaliação do sistema de controle oficial e inspeção de suínos para verificar a equivalência com o sistema brasileiro.
Grécia	Nov/2015	Avaliação da equivalência de sistemas sanitários nas áreas de leite e derivados, mel e produtos apícolas.
Japão	Nov/2015	Missão de Inspeção Sanitária em estabelecimentos de Abate Bovino.

Figura 11. Países em que o Brasil realizou missão sanitária.

3.14 Fiscalizações, Supervisões e Auditorias realizadas

No período de janeiro a dezembro de 2015, foram realizadas 4.892 (quatro mil oitocentos e noventa e duas) fiscalizações e 1.678 (mil seiscentos e setenta e oito) supervisões pelos SIPOA/SISA/SIFISAs, conforme tabela 07. As fiscalizações representaram 83,01% do quantitativo previsto corrigido para o mesmo período. Em relação às supervisões, foram realizadas 53,73% do total previsto corrigido (figuras 12 e 13).

No mesmo período foram realizadas 162 (cento e sessenta e duas) auditorias organizadas pela CGI/DIPOA, conforme disposto na figura 14.

Tabela 07. Fiscalizações e Supervisões realizadas pelos SIPOA/SISA/SIFISAs.

	FISCALIZAÇÃO			*SUPERVISÃO*		
	Previsto	Previsto corrigido	Realizado	Previsto	Previsto corrigido	Realizado
AC	0	0	0	2	3	3
AL	59	72	46	23	17	5
AM	384	342	376	23	20	16
AP	60	45	41	20	6	0
BA	56	50	0	129	65	0
CE	184	117	61	62	39	27
DF	0	0	0	0	4	0
ES	55	110	159	109	74	44
GO	413	398	311	220	242	135
MA	34	20	0	31	8	3
MG	295	507	4	274	136	52
MS	378	386	329	155	163	136
MT	420	349	163	220	280	138
PA	130	93	74	87	60	12
PB	228	195	170	38	30	2
PE	294	256	123	67	63	12
PI	62	36	0	63	39	6
PR	320	261	220	438	424	190
RJ	131	98	98	110	133	67
RN	31	10	2	20	9	0
RO	100	92	83	87	65	0
RR	24	0	0	6	0	0
RS	473	1.023	1.026	239	430	397
SC	322	336	390	275	170	44
SE	127	137	129	18	27	5
SP	799	872	1.017	492	543	352
TO	115	88	70	84	73	32
TOTAL	5.494	5.893	4.892	3.292	3.123	1.678

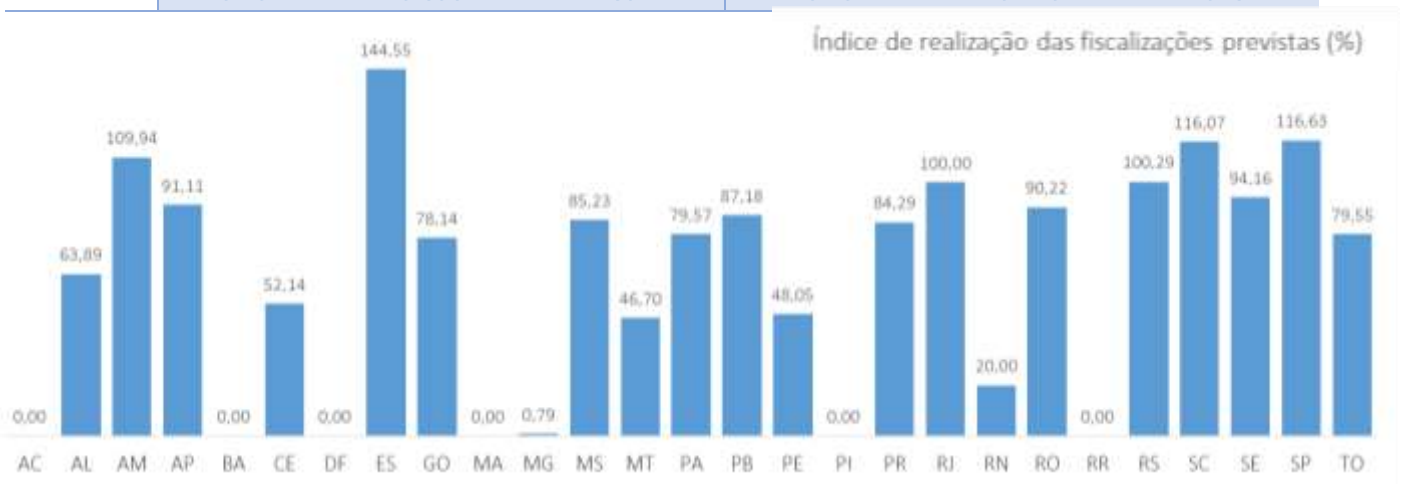

Figura 12. Índice de realização das fiscalizações previstas (%) por UF.

Figura 13. Índice de realização das supervisões previstas (%) por UF.

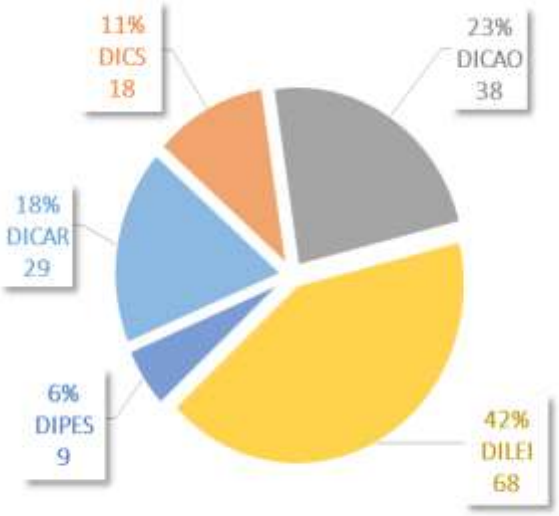

Figura 14. Número de auditorias organizadas pela CGI/DIPOA

4 Controles Físico-químicos e Microbiológicos de Produtos de Origem Animal

4.1 Programas de controle de produtos de origem animal

No ano de 2015, foram sorteadas mais de quinze mil amostras de produtos de origem animal para análises físico-químicas e microbiológicas em atendimento aos programas de controle coordenados pela equipe técnica da CGPE/DIPOA.

4.1.1 *Escherichia coli* verotoxigênica em carne bovina in natura

Em junho de 2015, com a publicação da Norma Interna DIPOA/SDA nº 01/2015, deu-se continuidade ao levantamento de prevalência de *Escherichia coli* verotoxigênica em carne bovina *in natura* utilizada na formulação de produtos cárneos, cominutados, prontos para serem cozidos, fritos ou assados, instituído em 2013 pela Norma Interna DIPOA/SDA nº 02/2013. Nesta etapa do programa foram sorteadas 1.088 (mil e oitenta e oito) amostras para a análise de *E. coli* O157:H7, com a inclusão das análises dos seis sorogrupos relevantes de *E.coli* produtora de shiga toxina O26, O45, O103, O111, O121 e O145, e análise de *Salmonella* spp.

O cronograma de coleta de amostras para o programa de *E.coli* verotoxigênica e *Salmonella* spp. em carne bovina in natura foi divulgado pelo Memorando nº 154/2015/CGPE/DIPOA aditado pelo Memorando nº 186/2015/CGPE/DIPOA.

4.1.2 *Salmonella* spp. em carcaças suínas

Para 2015 foram sorteadas 824 (oitocentos e vinte e quatro) amostras de swab de carcaça suína em continuidade ao programa exploratório para levantamento de prevalência instituído pela Norma Interna DIPOA/SDA nº 05/2014.

As grades de sorteios para fins de elaboração de cronograma de coleta de amostras para o programa exploratório de pesquisa de *Salmonella* spp. em carcaças suínas foram divulgadas pelos Memorandos nº 05 e 173/2015/CGPE/DIPOA.

4.1.3 Listeria monocytogenes em produtos de origem animal prontos para consumo

Iniciou-se em 2015 o 4º ciclo do programa de *Listeria monocytogenes* em produtos de origem animal prontos para consumo em atendimento à Instrução Normativa nº 09/2009, sendo sorteadas 1.400 (mil e quatrocentas) amostras.

As grades de sorteios para fins de elaboração de cronograma de coleta de amostras para o programa de controle de *Listeria monocytogenes* em produtos prontos pra consumo foram divulgadas pelo Memorando nº 164/2015/CGPE/DIPOA, referente à execução do ano de 2015 e por meio do Memorando nº 468/2015/CGPE/DIPOA para execução no ano de 2016.

4.1.4 Parâmetros físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal

Em atendimento à Norma Interna SDA nº 04/2013, foram sorteadas em 2015 um total de 12.400 (doze mil e quatrocentas) amostras de produtos de origem animal comestíveis para a avaliação da conformidade de parâmetros físico-químicos e microbiológicos, incluindo aqueles que permitem a verificação de indícios de fraude em leite pasteurizado, UHT e em pó, cortes e carcaças de frango e em pescado congelado.

As grades de sorteios para fins de elaboração de cronograma de coleta de amostras para o programa de avaliação de conformidade foram divulgadas por meio dos Memorando nº 01/GAB/DIPOA/2015, para coletas no primeiro semestre de 2015, e pelo Memorando nº 153/2015/CGPE/DIPOA referente à coleta do segundo semestre de 2015.

A planilha de compilação de resultados do programa de avaliação de conformidade de produtos de origem animal comestíveis foi encaminhada aos SIPOAs, SISAs e SIFISAs por meio do Memorando nº 27/GAB/DIPOA/2015.

Orientações sobre coleta de amostra de produtos comercialmente estéreis foram divulgadas no Memorando nº 222/2015/CGPE/DIPOA.

As grades de sorteios para fins de elaboração de cronograma de coleta de amostras do primeiro e segundo semestre do ano de 2016 para o programa de avaliação de conformidade foram divulgadas por meio do Memorando nº 469/2015/CGPE/DIPOA.

4.1.5 Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA

Em 2015, a equipe da CGPE/DIPOA elaborou o "Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA" (figura 15), que foi divulgado no site do MAPA em janeiro de 2016. A publicação traz os resultados do Programa de avaliação de conformidade de padrões físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal comestíveis (PACPOA) referentes a 2014, do Programa exploratório de *Salmonella* spp. em carcaças de frango realizado nos anos de 2013 e 2014, além dos resultados parciais dos programas de *Listeria monocytogenes* em produtos de origem animal prontos para consumo, *E. coli* verotoxigênica em carne bovina *in natura* e *Salmonella* spp. em carcaças suínas.

Os resultados referentes a execução dos Programas citados serão publicados no Volume II do Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA.

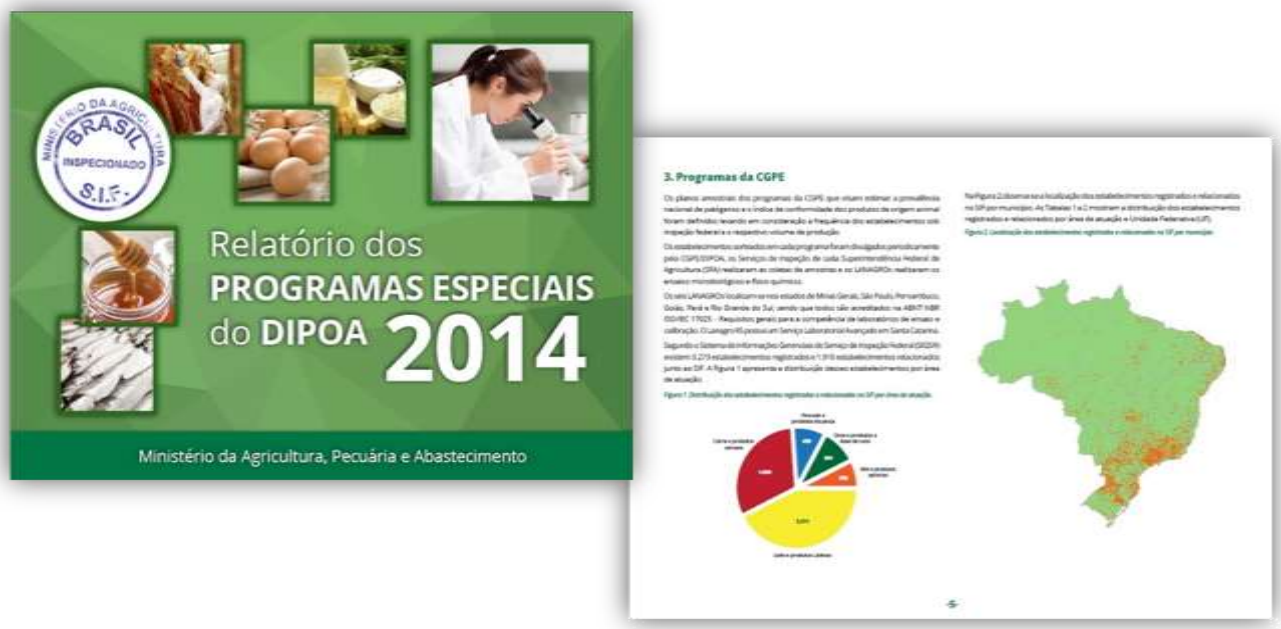

Figura 15. Anuário dos Programas de Controle de Alimentos de Origem Animal do DIPOA.

4.2 Operações de combate à fraude

4.2.1 Fraude por mistura de ricota aos queijos minas frescal e minas frescal light

A Divisão de Inspeção de Leite, Derivados, Mel e Produtos Apícolas (DILEI/CGI/DIPOA) a CGPE/DIPOA e o SIPOA/MG realizaram coleta de amostras de queijos minas frescal e queijo minas frescal light com fins de verificar a ocorrência da detecção de beta-lactoglobulina por eletroforese em gel de poliacrilamida, o que caracteriza fraude. Foram analisadas 23 (vinte e três) amostras dos produtos citados elaborados por estabelecimentos localizados em Minas Gerais, sendo que somente uma amostra apresentou resultado positivo para a presença de beta-lactoglobulina.

Tabela 09. Resultado de análises de detecção de beta-lactoglobulina em amostras de queijo minas frescal.

4.2.2 Fraude por substituição de espécies de pescado

A Divisão de Inspeção de Pescado – DIPES/CGI/DIPOA e a CGPE/DIPOA realizaram operações de coleta de amostras de produtos da pesca e aquicultura nacionais e importados (pescado congelado, pescado salgado, pescado defumado, conservas e pratos prontos) nos estados do PR, SP, CE, RS e no

DF em atendimento ao Subprograma de Controle Oficial da Fraude por Substituição de Espécies de Pescado, instituído pela Norma Interna DIPOA/SDA nº 02/2014.

Das 286 amostras coletadas, 18 estão sendo processadas e em 30 não foi possível concluir a extração de DNA, apresentando resultado inconclusivo. Dos 238 resultados conclusivos, 183 (76,89%) foram considerados conformes e 55 não conformes, isto é, em 23,10% das amostras a espécie declarada no rótulo não condizia com a constatada no exame de DNA (tabela 10).

Tabela 10. Resultados de análises de fraude por Substituição de Espécies de Pescado em 2015.

ORIGEM	CONFORME	NÃO CONFORME	TOTAL	Índice de conformidade (%)
NACIONAIS	140	50	190	73,68%
IMPORTADOS	43	5	48	89,58%
TOTAL	**183**	**55**	**238**	**76,89%**

4.2.3 Adição de conservantes em manteiga

A CGPE/DIPOA e a DILEI/CGI/DIPOA realizaram coletas de amostras de manteiga, no período de 13 a 28/10/2015, para análise físico-química a fim de identificar a utilização de conservantes neste produto. Amostras de 50 (cinquenta) estabelecimentos industriais foram coletadas nos estados de Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e Santa Catarina, nas próprias indústrias e no varejo, sendo 49 (quarenta e nove) estabelecimentos registrado junto ao SIF e 1 estabelecimento do SISBI (SIE-SC).

Das 54 (cinquenta e quatro) amostras analisadas, foi detectada a presença de conservante em 26 (vinte e seis), ou seja, 48,15% das amostras estavam em desacordo com o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do produto, que não permite o uso de aditivos conservantes (tabela 11). Detectou-se nas amostras ácido sórbico, natamicina e ácido benzoico.

Tabela 11. Resultado das amostras de manteiga coletadas para a verificação de adição de conservantes.

	CONFORME	NÃO CONFORME	TOTAL	Índice de conformidade (%)
AMOSTRAS	28	26	54	51,85%

4.2.4 Participação em Operação da Polícia Federal no combate a fraude no leite

Em dezembro de 2015 foi deflagrada pela Polícia Federal a "Operação Longa Vida" que contou com a participação de 04 (quatro) Fiscais Federais Agropecuários. A referida Operação investiga fraude em laticínios localizados nos municípios de Pedra, Bom Conselho, São Bento do Una e Belo Jardim, todos no estado de Pernambuco. As investigações começaram em março de 2015 quando servidores do SISA/PE identificaram amostras de leite e derivados com suspeita de adulteração. A Operação contou com a colaboração do DIPOA na sua organização em conjunto com a Polícia Federal.

4.3 Programa Nacional de Resíduos e Contaminantes – PNCRC

A CGPE/DIPOA recebeu 57 (cinquenta e sete) avisos de violação de limites de resíduos veterinários ou contaminantes ambientais e de detecção de resíduos de compostos químicos de uso proibido no país referentes a amostras de diferentes matrizes e espécies animais, coletadas pelos Serviços de Inspeção Federal em atendimento ao PNCRC no ano de 2015. A violação do limite máximo de ivermectina em bovinos, antiparasitário do grupo das avermectinas, foi a mais frequente, representando 21,05% das violações. As demais substâncias detectadas estão apresentadas na figura 16 separadas por espécie ou matriz.

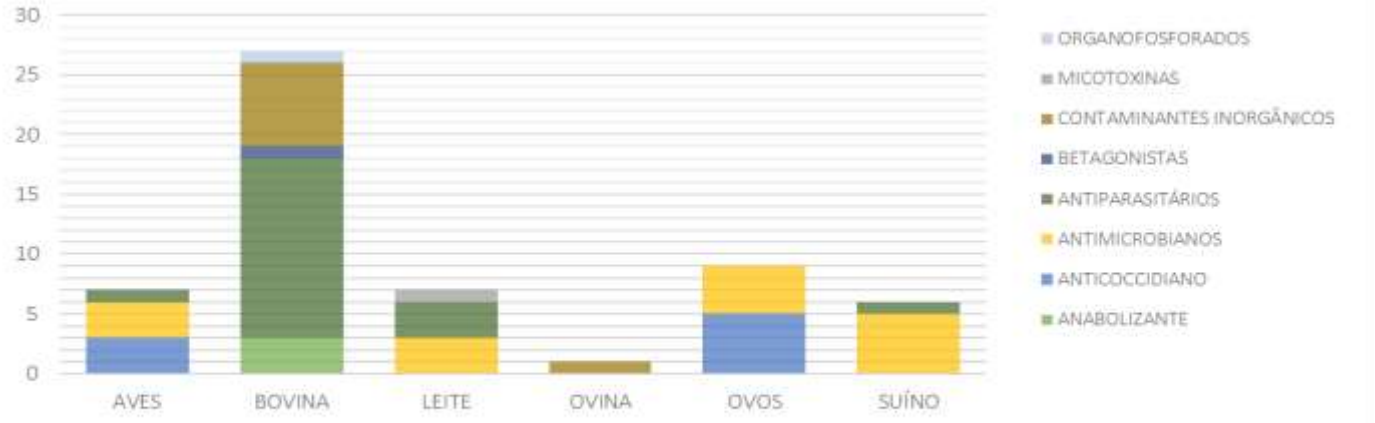

Figura 16. Número de violações por substância detectada e espécie ou matriz animal.

Além da comunicação das violações aos estados, a CGPE/DIPOA atendeu a 193 (cento e noventa e três) solicitações de inclusão e exclusão de estabelecimentos no Sistema de Controle de Resíduos e Contaminantes – SISRES para a realização do sorteio das amostras, bem como de atualização das informações quanto ao porte do estabelecimento.

4.4 Notificações Internacionais

Durante o ano de 2015 foram recebidas 223 (duzentos e vinte e três) notificações internacionais comunicando a violação de parâmetros microbiológicos e físico-químicos em produtos de origem animal exportados pelo Brasil para onze países. Deste total, 155 (cento e cinquenta e cinco) foram notificações microbiológicas e 68 (sessenta e oito) físico-químicas. Notificações provenientes da Rússia foram as mais frequentes, sendo 87 (oitenta e sete) microbiológicas e 51 (cinquenta e um) físico-químicas.

O principal motivo de notificações microbiológicas foi a detecção de *Salmonella* spp. em carne de aves, totalizando 34 (trinta e quatro) notificações. Já entre as notificações físico-químicas, o principal motivo foi a detecção de grupo tetracíclico em carne e miúdos bovinos, com um total de 44 (quarenta e quatro) notificações. Os demais motivos bem como os países e os tipos de produtos envolvidos nas notificações internacionais estão apresentados na figura 17.

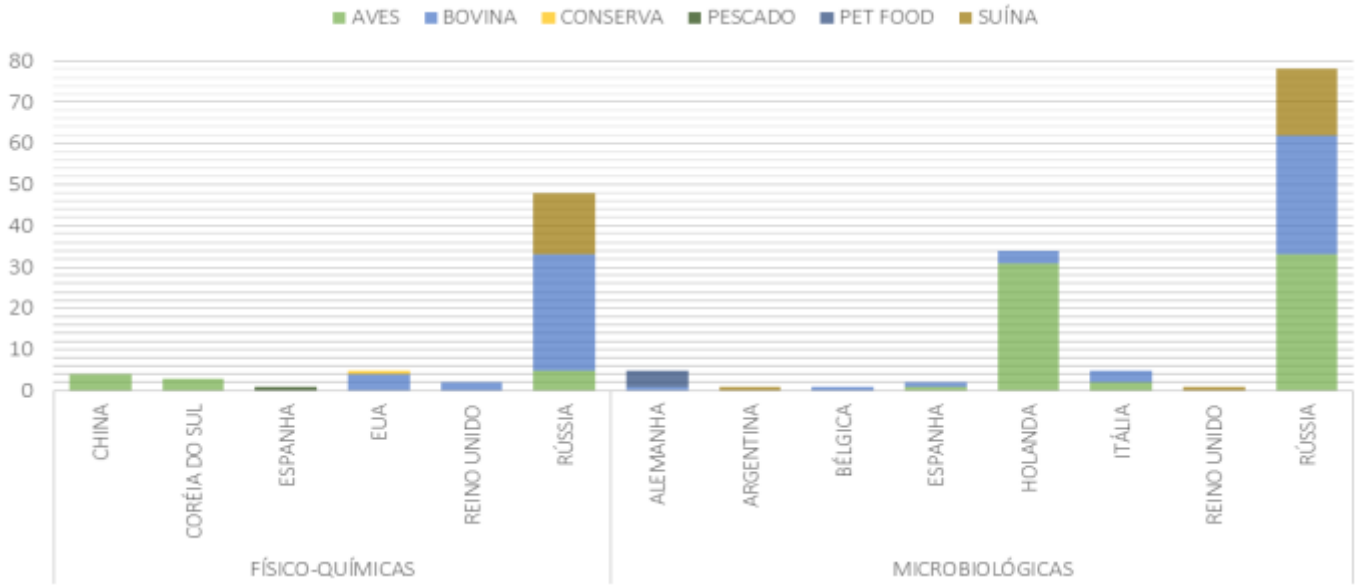

Figura 17. Número de violações por tipo de produto, país e tipo de análise.

Todos os resultados de análises fiscais decorrentes da execução de programas oficiais de controle de produtos de origem animal, ações específicas de combate à fraude, bem como os casos de comunicados internacionais de violações geram procedimentos de fiscalização previstos em legislação que implicam em atuações dos estabelecimentos implicados e adoção de medidas cautelares.

5 Capacitações e Treinamentos

5.1 Eventos de capacitação e treinamento promovidos pelo DIPOA

O DIPOA organizou em 2015 quatro eventos de capacitação e treinamento dos servidores da área de inspeção de produtos de origem animal, com um total de 328 (trezentos e vinte e oito) participantes (quadro 06).

Quadro 06. Capacitações e treinamentos promovidos pelo DIPOA.

Área	*Descrição*	*Participantes*
Mel e produtos apícolas	Curso de inspeção e tecnologia de mel e produtos apícolas - Etapas 1 e 2.	32
Supervisores - EUA	Treinamento de supervisores de estabelecimentos exportadores aos EUA.	42
Carne bovina in natura	Treinamento à distância com elaboração de questionário sobre coleta de amostras para o programa de *Escherichia coli* STEC.	230
Gelatinas – UE	Capacitação em aplicação das normas europeias à fabricação de gelatinas.	24

5.2 Participação do DIPOA em outros eventos

Integrantes da equipe técnica do DIPOA participaram de três eventos de capacitação e treinamento promovidos por outras instituições, além do curso de Direito Administrativo aplicado à fiscalização exercida pelo MAPA e treinamento sobre Sistema Eletrônico de Informação – SEI, ambos promovidos pela Escola Nacional de Gestão Agropecuária – ENAGRO (quadro 07).

Quadro 07. Participação do DIPOA em eventos de capacitação e treinamento.

Curso de Direito Administrativo aplicado à fiscalização (Brasília-DF)
Treinamento sobre Sistema Eletrônico de Informação – SEI (Brasília-DF)
Curso de formação em Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle e Técnicas de Auditoria (Roma, Itália)
Better Training for Safer Food – Food Information and Composition - Composição dos Alimentos e Informação Nutricional (Valência, Espanha)
Better Training for Safer Food – Princípios de HACCP e Auditoria (Lyon, França)

Outros eventos, como seminários, simpósios e congressos, também contaram com a participação da equipe técnica do DIPOA no ano de 2015 (quadro 08).

Quadro 08. Participação do DIPOA em outros eventos.

Seminário de Missões e Habilitações para Exportação (São Paulo-SP)
Seminário sobre Food Defense promovido pelo Ministério da Defesa (Rio de Janeiro-RJ)
Simpósio sobre medidas de mitigação de *E. Coli* STEC (Uruguai)
Simpósio sobre Uma Saúde promovido pela Faculdade de Medicina Veterinária da UFRGS (Porto Alegre-RS)
Workshop sobre *Salmonella* promovido pela empresa BRF (Florianópolis-SC)
XIII Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos (Búzios-RJ)

5.2.1 Apresentação de palestras

A equipe técnica da CGPE/DIPOA apresentou ainda as seguintes palestras:

- Palestra sobre a coleta de amostras para execução do projeto de avaliação de frescor de pescado e associação aos resultados de pH e bases voláteis totais em Itajaí-SC;

- Palestra sobre o Programa de *Escherichia coli* STEC em evento realizado pela empresa JBS em São Paulo-SP;

- Palestras sobre o programa de avaliação de conformidade microbiológica e físico-química de produtos de origem animal em Brasília-DF e no curso de capacitação em inspeção de mel e produtos apícolas realizado em Fortaleza-CE; e

- Palestra intitulada “Inspeção com base em risco X inspeção tradicional” no o XIII Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos em Búzios-RJ.

5.3 Plano Anual de Educação Continuada (PAEC-2016)

Com o objetivo de centralizar a execução e a coordenação dos eventos de capacitação e treinamento dos servidores da área de inspeção demandados pelas Unidades Descentralizadas em 2016, o DIPOA definiu 31 (trinta e um) temas para o PAEC-2016 (quadro 09), com uma previsão de 2.592 (dois mil, quinhentos e noventa e dois) vagas distribuídas entre FFAs, AISIPOAs, Auxiliares de Inspeção e Agentes Administrativos.

Quadro 09. Temas definido para o PAEC-2016.

1	Métodos e Instrumentos de Avaliação de Risco
2	Métodos e Instrumentos de Gestão de Risco
3	Métodos e Instrumentos de Comunicação de Risco
4	Inspeção de POA com base em Risco
5	Microbiologia Preditiva
6	Formação de Auditores
7	Formação de Supervisores
8	Auditoria para reconhecimento de equivalência de Serviços Oficias Estrangeiros
9	Auditoria para reconhecimento de equivalência de Serviços Municipais e Estaduais
10	Auditoria dos Serviços de Inspeção nas Unidades Descentralizadas
11	Ações fiscais, proporcionalidade, razoabilidade
12	Procedimentos administrativos, instrução e tramitação
13	Processos administrativos, apuração, legislação sanitária de POA
14	Gestão no serviço público (pessoas, estrutura e problemas)
15	Integração/Harmonização das atividades dos servidores da fiscalização de POA
16	Análise de Projetos
17	Análise de Rotulagem/Produtos
18	Inspeção Sanitária e Industrial de POA's
19	Inspeção Sanitária e Industrial de POA's
20	Atualização em requisitos para exportação de POA's, certificação, normas e especificidades
21	APPCC
22	Coleta de amostras, avaliação de controles físico-químicos, microbiológicos e morfológicos
23	Programas de Autocontrole
24	Programa de Redução de Patógenos
25	Tipificação de carcaças (cota Hilton e outros)
26	Inspeção Sanitária e Tecnológica de Produtos Cárneos (crus e pasteurizados)
27	Inspeção Sanitária e Tecnológica de Produtos Cárneos (esterilizados)
28	Inspeção Sanitária e Tecnológica de Produtos Lácteos
29	Inspeção Sanitária e Tecnológica de Produtos de Pescados
30	Resíduos e investigação de notificações
31	Bem-estar animal e abate humanitário

Para a definição dos itens, o DIPOA considerou as sugestões de FFAs e AISIPOAs localizados na Sede e nas Unidades Descentralizadas recebidas pelo e-mail treinamento.dipoa@agricultura.gov.br, criado para tratar exclusivamente dos assuntos relacionados a capacitações e treinamentos.

5.4 Diagnóstico da situação dos servidores quanto à capacitação e treinamento

O DIPOA elaborou um formulário eletrônico de pesquisa (figura 18) direcionado aos FFAs e AISIPOAs para levantar as necessidades de capacitação e subsidiar o planejamento das ações e a definição de prioridades com prazo para preenchimento até o dia 31/01/2016.

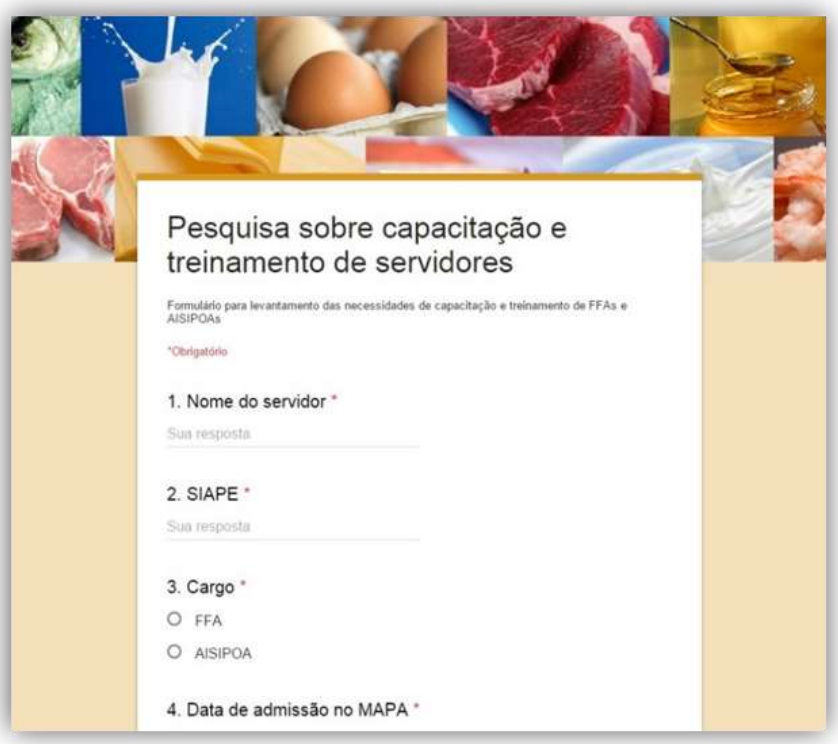

Figura 18. Formulário de pesquisa sobre capacitação/treinamento dos servidores.

As 19 questões do formulário foram definidas para indicar a área de atuação do servidor, sua experiência no Serviço de Inspeção e suas áreas de interesse. Foram recebidas 541 respostas, sendo o resumo apresentado nas figuras 19, 20 e 21.

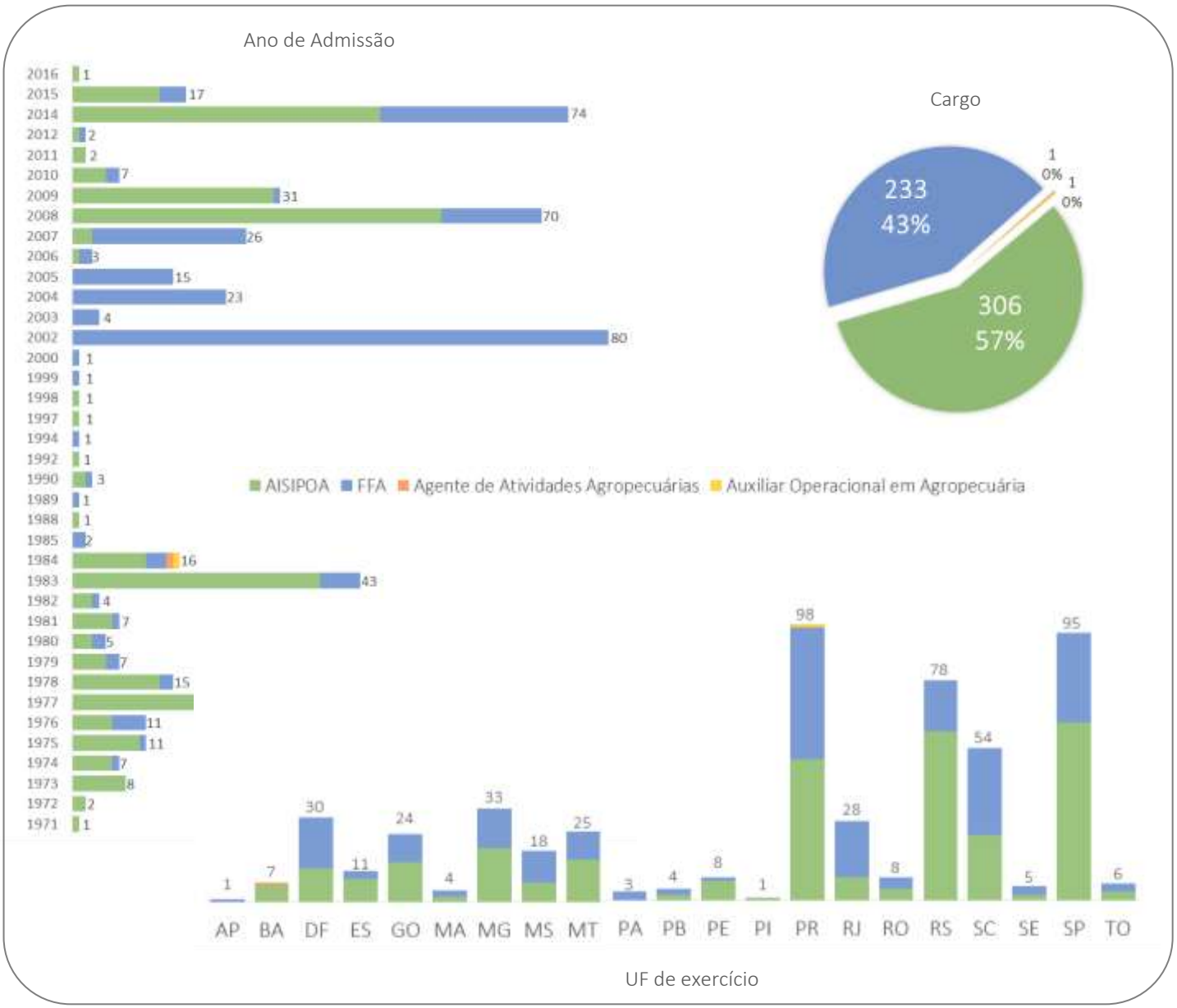

Figura 19. Número de respostas por ano de admissão, cargo e UF de exercício.

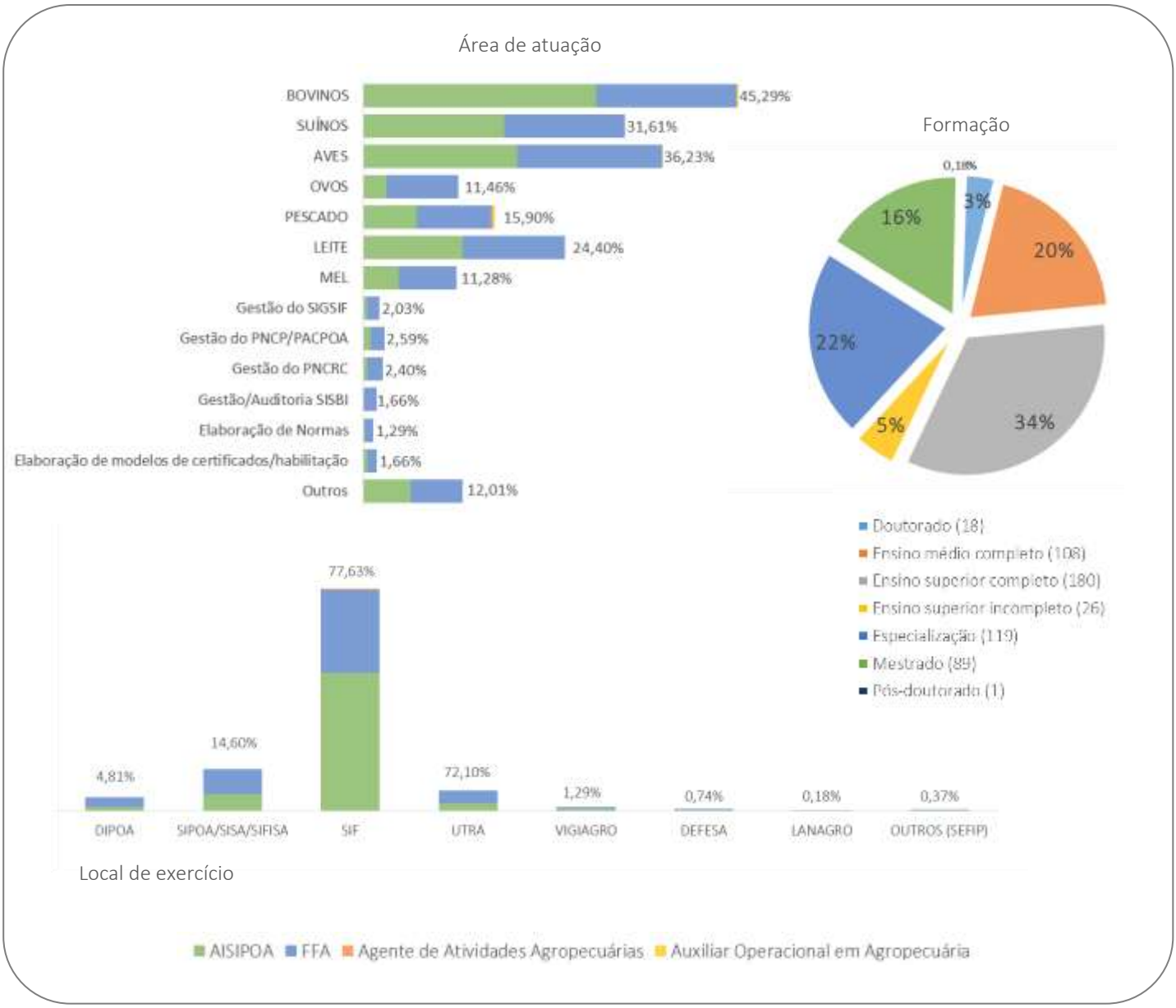

Figura 20. Número de respostas por área de atuação, local de exercício e formação.

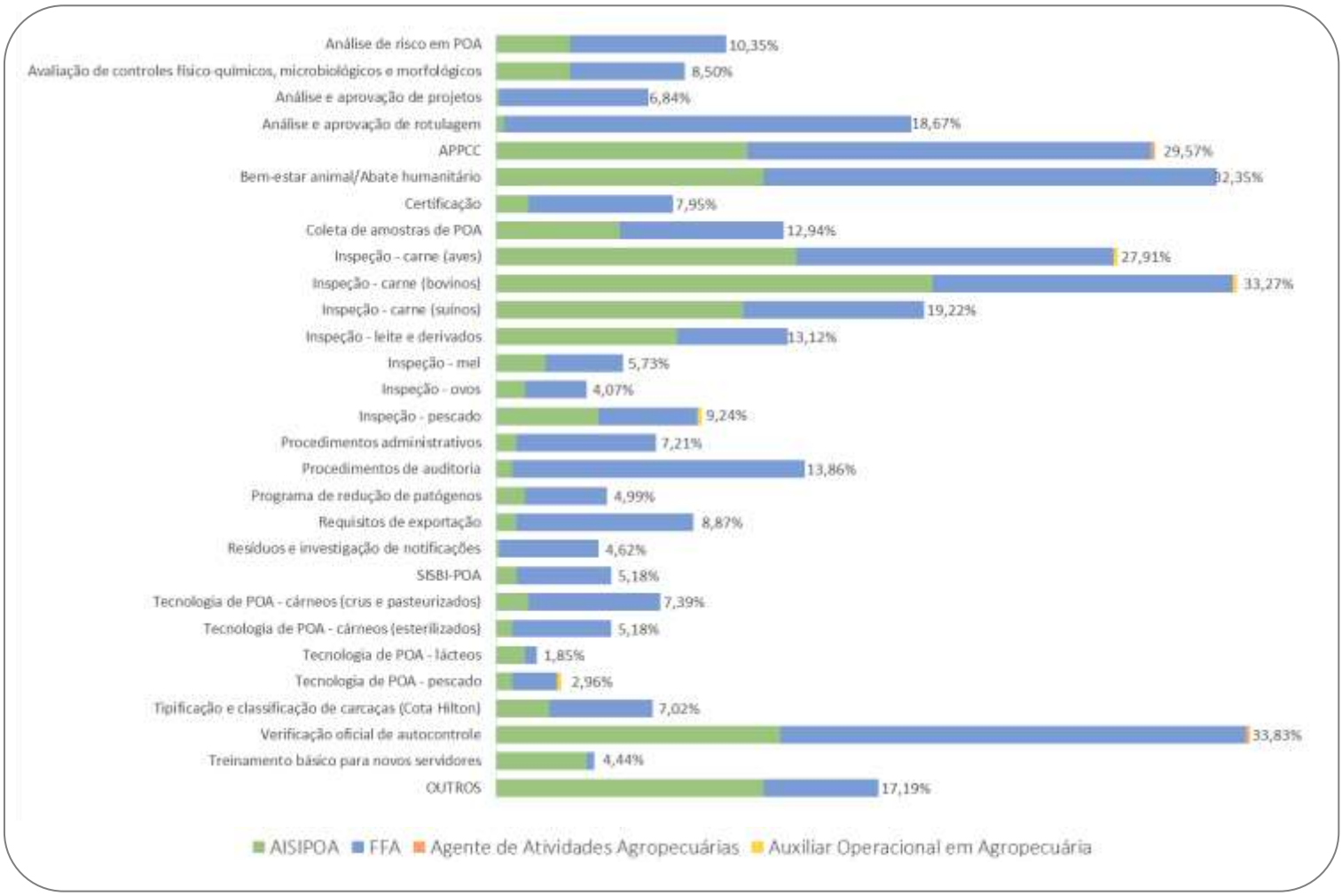

Figura 21. Participação dos servidores em capacitações e treinamentos.

5.5 Participação em reuniões e fóruns internacionais

5.5.1 Reuniões

Os seguintes assuntos foram discutidos pela equipe técnica do DIPOA em reuniões internas e externas:

Critérios de recepção de pescado com Boletim de Produção.
Regulamento Técnico de Peixe Congelado.
Evisceração a bordo das embarcações pesqueiras amazônicas.
Projeto para a melhoria da competitividade do Leite.
Transvase do leite.
Elaboração da Minuta de I.N sobre análise de rotulagens para misturas de espécies numa mesma embalagem.
Reunião para orientações sobre coleta de amostras oficiais para análises laboratoriais mediante suspeitas de deterioração, fraudes ou adulterações após avaliações sensoriais de pescado
Revisão Técnica de avaliação anátomo-morfológica das espécies de peixes, metodológicas analíticas e procedimentos documentais de coleta de amostras.
Videoconferência sobre rotulagem de produtos orgânicos.
Reunião com Anvisa sobre aditivos e coadjuvantes.
Reunião Técnica sobre Legislação Brasileira de rotulagem de pescado e derivados (Argentina).
Reunião sobre medidas de mitigação de risco para *E. coli* STEC em carne bovina realizado (Uruguai).
Reuniões de desenvolvimento do Programa Leite Saudável.
Reuniões com Embrapa Gado de Leite, SPRC/MAPA e CGTI/MAPA, para desenvolvimento do sistema de monitoramento da qualidade do leite – SIMQL.
Reunião Técnica da RBQL.
Reunião com OPAS/OMS, Ministério da Saúde e Anvisa sobre resistência a antimicrobianos.
Reunião para discussão de protocolo de avaliação de novas tecnologias.
Reunião sobre metodologia de análise para pesquisa de *E. coli* STEC O157:H7 e não O157 realizada no Lanagro/MG.
Reunião preparatória para o GT do Codex Alimentarius sobre *Salmonella* em suínos em bovinos.
Reunião com prof. João Paulo Haddad (UFMG), membro da comissão científica consultiva em microbiologia, para avaliação dos resultados preliminares do programa de *E. coli* verotoxigênica em carne bovina e delineamento amostral da próxima etapa com inclusão de pesquisa de *Salmonella* spp.; avaliação dos resultados de 2014 e delineamento do plano amostral para 2015 do programa de *Listeria monocytogenes*.
Reunião com profª. Concepta McMannus (UnB), membro da comissão científica consultiva em microbiologia, para avaliação dos resultados preliminares do PACPOA executado em 2014.
Reunião com profª. Mariza (UFRGS), membro da comissão científica consultiva em microbiologia, para discutir os resultados preliminares do programa de *Salmonella* spp. em carcaça suína.
Reunião com prof. Luis Gustavo Corbellini (UFRGS), membro da comissão científica consultiva em microbiologia, para apresentação dos programas de controle de patógenos e do PACPOA para obtenção de dados para realização de análise de risco.
Reunião com profª. Andrea Troller Pinto (UFRGS), membro da comissão científica consultiva em microbiologia, para discutir sobre o programa exploratório para pesquisa de *Salmonella* spp. em ovos.

5.5.2 Fóruns internacionais

A equipe técnica do DIPOA teve participação nos seguintes fóruns internacionais no ano de 2015:

34ª Sessão do Comitê do Codex para Pesca e Produtos da Pesca – CCFFP
47º Sessão do Comitê do Codex sobre Higiene de Alimentos – CCFH
Reunião do Grupo Técnico do Codex Alimentarius referente a *Salmonella*
Reunião Codex - permeados lácteos e aditivos de mussarela
Reunião Codex - queijo processado
Reunião do Subgrupo de Trabalho nº 3, da Comissão de Alimentos do Mercosul sobre a revisão do RTIQ de leite em pó (Assunção, Paraguai)
Reunião do Grupo Técnico do Mercosul – rotulagem e registro
MERCOSUL - 1ª Reunião sobre leite em pó, realizada no Rio de Janeiro
MERCOSUL - 2ª Reunião sobre leite em pó, realizada no Rio de Janeiro
MERCOSUL - 3ª Reunião sobre leite em pó, realizada no Uruguai